

DIREITO À EDUCAÇÃO VIA METODOLOGIAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES COM NEE: UM ESTADO DO CONHECIMENTO

Rene Miguel da Silva ¹
Ana Maria Eyng ²

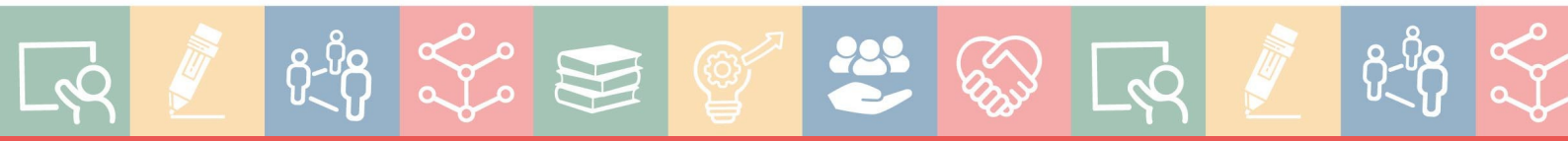
RESUMO

O presente trabalho investiga a relevância das metodologias inclusivas para a garantia do direito à Educação de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no Brasil, buscando mapear estratégias e práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão efetiva. Os objetivos específicos consistiram em: mapear estratégias de garantia do direito à Educação para estudantes com NEE nas políticas educacionais brasileiras; e identificar metodologias inclusivas direcionadas a esse público em bibliotecas digitais. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, fundamentada no estado do conhecimento. A metodologia compreendeu uma revisão de literatura de artigos, teses e dissertações publicados entre 2019 e 2025, nas bases CAPES, Redalyc e SciELO, uma revisão documental de legislações e planos educacionais brasileiros. Para o mapeamento de metodologias inclusivas voltadas a estudantes com NEE, o estudo concentrou-se na gamificação, considerando sua recorrência em pesquisas relacionadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Intelectual. Para a triangulação de dados, realizou-se uma análise bibliométrica na base Scopus, por meio do software Vosviewer, visando identificar tendências de pesquisa e relações entre gamificação, inclusão e TEA. A análise das políticas educacionais evidenciou avanços no reconhecimento de direitos e na inclusão curricular, mas também revelou lacunas significativas na formação de profissionais e na adaptação de procedimentos pedagógicos para atender às NEE. No que se refere às metodologias inclusivas, a gamificação emergiu como temática recorrente, embora marcada por imprecisões conceituais em relação aos termos gamificação, jogos e jogos educativos, destacando-se, ainda, o papel crescente das tecnologias digitais.

Palavras-chave: Direito à Educação, Metodologias inclusivas, Necessidades Educacionais Especiais, Revisão bibliométrica, Gamificação.

¹ Mestrando pelo PPGE/CM da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Renets_miguel@hotmail.com;

² Doutora em Educação. Professora e pesquisadora PPGE/PUCPR, ana.eyng@pucpr.br;



INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva configura-se como uma proposta educacional de caráter político, cultural, social e pedagógico, orientada pela defesa do direito de todos os estudantes à convivência, à aprendizagem e à participação conjunta, independentemente de quaisquer formas de discriminação (Brasil, 2008). Dessa forma, materializa os fundamentos dos Direitos Humanos ao garantir o acesso, a permanência e a participação equitativa de todos os discentes na educação básica. Conforme estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), o Direito à Educação é primordial, sendo essencial assegurar instituições de ensino que incorporem a diversidade, promovendo a dignidade humana e a equidade de oportunidades.

Ao superar a noção restrita de equidade formal, a Educação Inclusiva reconhece e problematiza as condições históricas que geram processos de exclusão, tanto no âmbito escolar quanto na sociedade (Brasil, 2008). Nesse sentido, a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, tem como finalidade assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular. Tal diretriz orienta os sistemas educacionais a desenvolver práticas pedagógicas e organizacionais que respondam de forma equitativa às Necessidades Educacionais Especiais (NEE) (Brasil, 2008).

No âmbito da Educação Inclusiva, estudantes com NEE são aqueles que apresentam condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou sensoriais distintas das consideradas convencionais (Brasil, 2003). Esse grupo abrange, entre outros, estudantes com deficiência, altas habilidades ou superdotação, em situação de trabalho infantil ou de rua, pertencentes a populações geograficamente isoladas ou nômades, bem como integrantes de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e de grupos socialmente desfavorecidos (Brasil, 2003). Assim, o termo refere-se a sujeitos cujas particularidades educacionais decorrem tanto de dificuldades quanto de potencialidades no processo de aprendizagem, não estando necessariamente associado à presença de deficiência.

Sob essa perspectiva, a Educação Especial passa a integrar, de forma preferencial, a proposta pedagógica das instituições de ensino regular, atuando em articulação com o ensino comum para atender às NEE. Essa atuação envolve a oferta de orientações e estratégias que viabilizem um processo educativo inclusivo e equitativo, inclusive em situações que envolvem transtornos funcionais específicos (Brasil, 2003; Brasil, 2008).



Nesse cenário, o presente trabalho desenvolve os procedimentos de revisão bibliográfica, documental e bibliométrica. A investigação foi orientada pelo seguinte problema de pesquisa: o que dizem documentos das políticas educacionais e a literatura acadêmica acerca das estratégias de garantia do direito à educação para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na Educação Básica brasileira? A partir desse questionamento, o estudo teve como objetivo investigar a importância das metodologias inclusivas para a garantia do direito à educação desses estudantes no Brasil. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: (i) mapear, por meio de análise documental, as estratégias de garantia do direito à educação de estudantes com NEE presentes nas atuais políticas educacionais voltadas à Educação Básica no Brasil; e (ii) identificar e analisar metodologias inclusivas relacionadas à garantia desse direito no contexto educacional.

METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa é qualitativa, de natureza básica e com objetivo descritivo, cujo procedimento adotado é uma adaptação do estado da arte, o estado do conhecimento. Conforme Ferreira (2002, p. 258), o estado do conhecimento é “[...] definido como de caráter bibliográfico, [...] [com] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento”.

No primeiro momento, foi realizada uma revisão de literatura, do qual o *corpus* de análise consistiu nos artigos disponíveis nas plataformas de: Periódicos e Teses e dissertações do catálogo da CAPES; Redalyc e Scielo. O período analisado compreendeu um intervalo de sete anos (2019-2025). O segundo momento, para corroborar o primeiro objetivo do trabalho vigente, compreendeu a seleção, sistematização e análise de dados da pesquisa documental sobre estratégias metodológicas de garantia do direito à Educação de estudantes com NEE. Os documentos selecionados para a análise foram: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1991), Convenção sobre os Direitos da Criança – CDC (Unicef, 1989), Constituição Federal (Brasil 2016), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (Brasil, 2006).

À guisa de justificar o direcionamento da pesquisa, identificou-se que a maior parte dos estudos tem como foco estudantes com cegueira. Contudo, com base na vivência e observação da sala de aula e em diálogo com outros pesquisadores e colegas de sala, constatou-se uma aparente discrepância: embora a cegueira seja o grupo em maior evidência



nos trabalhos, com os descritores de inclusão já mencionados, a maior presença em contextos educacionais inclusivos corresponde a estudantes com autismo e deficiência intelectual.

Para verificar essa hipótese, foram consultados os dados do Inep/Censo Escolar (2024), especificamente o levantamento "Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil (2023-2024)". Os resultados confirmam que, dentre as 2.384.031 matrículas registradas, a distribuição por condição (em ordem crescente) é: surdo-cegueira, cegueira, surdez, altas habilidades/superdotação, deficiência auditiva, baixa visão, deficiência múltipla, deficiência física, transtorno do espectro autista e deficiência intelectual.

Destaca-se em quantidade, o transtorno do espectro autista e deficiência intelectual com 80% das matrículas. Com esse cenário, o mapeamento foi direcionado para metodologia de ensino gamificação, em virtude do crescente uso durante e após a pandemia do Covid-19 (Souza, 2025), a plataformização nas escolas do Estado do Paraná (Barbosa e Alves, 2023) e não obstante, os dados da bibliometria apresentada.

Na triangulação de dados relacionados à gamificação, realizou-se uma análise bibliométrica na base de dados Scopus, utilizando o software VOSviewer. Os descritores *right to education* e *methodology*, operador booleano *and* e recorte de 2019 a 2025 foram empregados como critérios de busca, visando identificar as principais tendências de pesquisa sobre o tema.

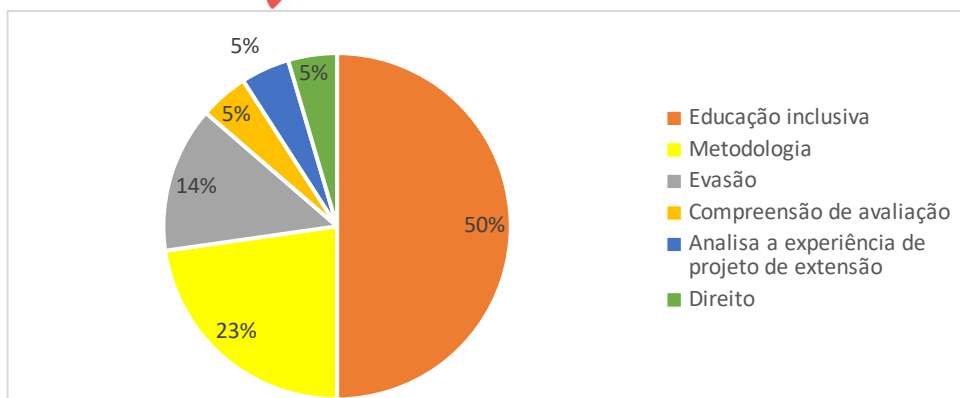
O estudo adotou o indicador no software de co-ocorrência de palavras-chave, o qual permite estabelecer relações entre os termos mais frequentes nas publicações, revelando padrões e conexões temáticas. Do total de 70 trabalhos analisados, extraíram-se 416 palavras-chave atribuídas pelos autores. Aplicou-se um filtro de mínima ocorrência, selecionando apenas os termos que se repetiram em pelo menos três publicações, garantindo assim maior relevância aos dados analisados.

DISCUSSÃO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir da revisão bibliográfica cujo objetivo foi de identificar a interseção entre direito à Educação e metodologias de ensino nas bibliotecas supracitadas, os autores chamam a atenção para o resultado sobre a categoria *objetivos* dos trabalhos mapeados, no Gráfico 1.

Gráfico 1 – objetivos dos trabalhos mapeados





Fonte: autores (2024)

O Gráfico 1 representa a percentagem das categorias que foram agrupados aos objetivos. Sendo “n” o número de trabalhos agrupados: educação inclusiva (n=11), metodologia (n=5), direito (n=1), evasão (n=3), como a comunidade escolar compreende a avaliação (n=1), análise da experiência de projeto de extensão (n=1), sendo o total atualizado de trabalhos n=22. Dessa forma, apresentou-se predominância dos resultados, de 50%, em *Educação Inclusiva*.

T3: “discutir o processo de educação bilíngue de **estudantes surdos** no ensino superior”.

T9: “identificar os desafios vivenciados pelos professores no ensino de música para alunos com **necessidades educacionais especiais**”.

T14: “Analisa como o professor planeja suas aulas, estrutura suas práticas e produz e/ou utiliza materiais didáticos com atenção aos **alunos surdos**”.

T16: “Apresentar os desafios e adaptações realizadas pela equipe de Anatomia Humana, frente à premência da construção de acessibilidade ao **surdo**”.

T19: “apresentar os resultados de uma investigação acerca dos desafios e possibilidades da docência a crianças com a **SCVZ [Síndrome congênita associada ao vírus Zika]**, sob a ótica de duas professoras atuantes na Educação Infantil da rede pública de ensino de Pernambuco”.

T21: “analisar as contribuições do curso na formação e capacitação deste profissional e de maneira específica, problematizar a atuação dos instrutores de Libras **Surdos** enquanto modelo linguístico e identitário”.

A análise do gráfico e dos excertos acima, evidencia a uma maior atenção, tratando-se de Direito à Educação e Metodologias de ensino para estudantes com NEE. Em outra análise, se apontou que Educação inclusiva foi utilizado no sentido mais estrito da palavra. Ou seja, para os estudantes da Educação Especial, uma vez que o grupo focal dos trabalhos percorreu, de forma majoritário, os estudantes com deficiências e transtornos (e.g., surdos, cegos, TEA).

DISCUSSÃO DO QUE APONTAM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS



A seguir, apresenta-se o mapeamento documental. O Gráfico 2, referente às categorias relacionadas a estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), organizado em formato de teia, reflete a frequência (variando de 1 a 3) com que determinados temas foram abordados nos documentos analisados, constituindo uma representação visual das prioridades e dos enfoques atribuídos a cada um desses temas. Os autores ressaltam que a análise a seguir é de cunho qualitativo, pois busca interpretar os significados e a relevância dos dados, sem entrar no mérito da eficácia ou aplicação prática desses temas na realidade educacional.

Gráfico 2 – Categorias relacionadas com estudantes com NEE



Fonte: autores (2025)

Os temas mais frequentes nos documentos analisados, conforme o gráfico 2 em teia, são direito à Educação (3), direitos da criança (3) e inclusão curricular (3). De forma mais específica, os subtemas que estão compreendidos nas categorias mais frequentes são:

- Direito à Educação: atendimento Educacional Especializado; oferta Irregular de Atendimento Especializado reconhecimento; Exercício Progressivo.
- Direitos da Criança: Educação, capacitação e saúde; reabilitação e preparação para o Emprego; oportunidades de lazer e desenvolvimento cultural/espiritual.
- Inclusão Curricular: temáticas de diversidade e direito: atendimento a pessoas com NEE; rede regular de ensino.

A predominância de menções das categorias Direito à Educação, Direitos da Criança e Inclusão Curricular, sugere uma maior preocupação dos documentos analisados com a garantia de direitos fundamentais, especialmente em relação ao acesso à educação e à inclusão de pedagogias que promovam a equidade. Por outro lado, a baixa frequência de categorias

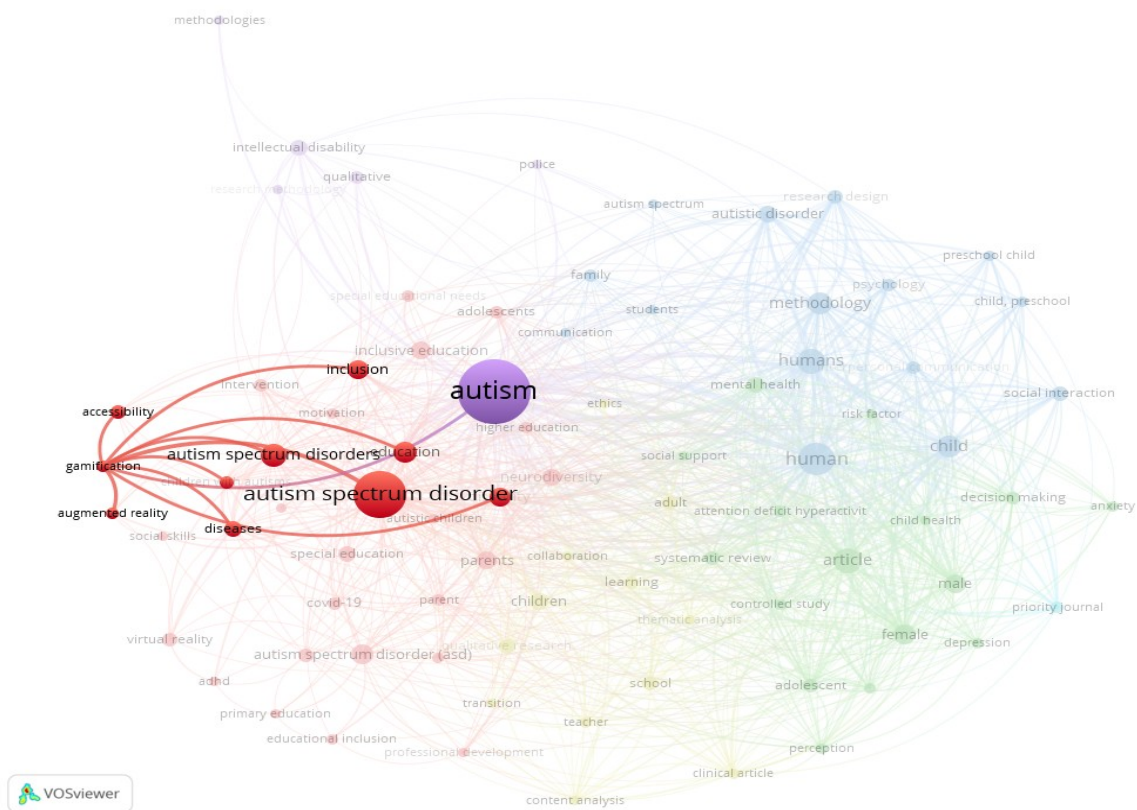


como: capacitação de agentes, grupos vulneráveis e adaptação de procedimentos, aponta para uma possível carência de diretrizes voltadas à preparação do docente para lidar com a diversidade e as necessidades específicas dos estudantes.

UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA A PARTIR DA DISCUSSÃO

A análise da Figura 1 permitiu identificar diferentes cores que agrupam os clusters (conjuntos) com base em suas semelhanças. Dessa forma, as palavras-chave representadas por uma mesma cor indicam que estão inter-relacionadas, enquanto aquelas com maior número de citações se destacam por um tamanho proporcionalmente maior na representação visual. A distância entre os círculos indica o grau de relação ou similaridade, ou seja, quanto mais próximos estão os círculos, mais forte é o vínculo de co-ocorrência (Rodriguez et al., 2016).

Figura 1: mapa de ocorrência de autismo e metodologias



Fonte: dados da pesquisa do Software Vosviewer (2026)

A partir dos metadados obtidos na base Scopus e da utilização do software VOSviewer para a análise bibliométrica, elaborou-se a Figura 1 com base nos descritores *autism* e



methodologies. Entre os 402 trabalhos analisados, foram identificadas 1.910 palavras-chave; adotando-se como critério de inclusão um mínimo de cinco ocorrências, obteve-se um conjunto final de 82 palavras-chave.

Na Figura 1, o cluster vermelho evidencia práticas educacionais, como a gamificação e a realidade aumentada. Observa-se, ainda, uma forte conexão da gamificação com os termos *autism*, *autism spectrum disorder* e *inclusion*. O destaque dessas práticas, especialmente da gamificação, no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), corrobora o objetivo deste estudo de mapear estratégias voltadas à garantia do direito à educação de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

MAPEAMENTO SOBRE METODOLOGIAS INCLUSIVAS DE ESTUDANTES COM NEE

Essa seção apresenta o mapeamento sobre metodologias inclusiva de estudantes com NEE, mais especificamente, estudante com TEA e Deficiência Intelectual. O resultado do mapeamento foi de sete trabalhos relacionados ao descritor “autismo”, que após a leitura na integra desses, e pelos critérios já estabelecidos, foram filtrados, resultando cinco artigos. E para o descritor deficiência intelectual, três artigos. Ambos contemplados na tabela 1, totalizando oito trabalhos.

Tabela 1 – Revisão Periódicos CAPES

Código	Título
U1	APRENDENDO-JUNTO: uma proposta inovadora de gamificação aplicada a crianças com autismo.
U2	Gamificação como estratégia pedagógica para potencializar habilidades matemáticas para estudantes com Autismo: uma revisão sistemática da literatura.
U3	Gamificação de testes psicológicos para alfabetização e competências espaciais de crianças portadoras de autismo e síndrome de down.
U4	AlfabTEA: integrando a gamificação no processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista utilizando o Método TEACCH e o Programa ABA.
U5	Desenvolvimento de habilidades sociais em crianças com autismo através de programas educacionais.
U6	Realidade Aumentada e Gamificação na Educação: uma aplicação para auxiliar no processo de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual.
U7	O uso da gamificação como estratégia para o ensino de arte em tempos de pandemia.
U8	Jogos digitais e inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual: uma revisão de literatura (2015 a 2023).

Fonte: autores (2025)

Dos oito trabalhos analisados no Periódico CAPES, cinco trabalhos (62,5% do total) concentrou-se na utilização de jogos em plataformas digitais já existentes. Dois trabalhos (25%) dedicaram-se ao desenvolvimento de jogos educativos específicos. Apenas um estudo (12,5%) apresentou de fato uma aplicação gamificada, utilizando um sistema de progressão



por fases, no qual os estudantes avançavam nas atividades conforme demonstravam domínio dos conteúdos.

A partir desse cenário, os autores ressaltam que a gamificação consiste na incorporação de elementos típicos de jogos – como sistemas de ranqueamento, mecanismos de competição, estruturas de recompensa e divisão em fases progressivas – em contextos de não jogos, nesse caso, o contexto escolar (Deterding et al., 2011; Kapp, 2012). Embora a gamificação se refira à aplicação de elementos de jogos em contextos de não-jogos, a predominância de estudos sobre a aplicação de jogos/jogos educacionais revela uma tendência na literatura acadêmica de confundir esses conceitos distintos no escopo pesquisado (Vasconcellos, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar a importância das metodologias inclusivas para a garantia do direito à educação de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no Brasil, por meio de revisão bibliográfica, documental e bibliométrica. A partir do percurso analítico empreendido, foi possível evidenciar que, embora haja avanços significativos no campo normativo e nas produções acadêmicas sobre Educação Inclusiva, ainda persistem lacunas importantes no que se refere à operacionalização de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas no cotidiano escolar.

No que se refere à análise documental, observou-se que as políticas educacionais apresentam forte ênfase na garantia de direitos fundamentais, especialmente no acesso à educação, nos direitos da criança e na inclusão curricular. Contudo, verificou-se menor incidência de diretrizes relacionadas à formação docente, à adaptação de práticas pedagógicas e à capacitação de agentes educacionais, o que pode comprometer a efetivação das propostas inclusivas no contexto escolar. Tal cenário evidencia uma dissociação entre o que é previsto no campo legal e o que se concretiza na prática educativa.

No âmbito da revisão bibliográfica, identificou-se uma predominância de estudos centrados na Educação Inclusiva em seu sentido mais restrito, frequentemente associada à Educação Especial. Ademais, constatou-se que, embora exista uma diversidade de investigações sobre diferentes públicos, há uma concentração de estudos voltados a determinados grupos, o que nem sempre corresponde à realidade educacional evidenciada pelos dados empíricos, como apontado pelo Censo Escolar.



A análise bibliométrica, por sua vez, revelou tendências contemporâneas relevantes, destacando a gamificação como estratégia emergente no campo das metodologias inclusivas, especialmente no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA). A forte associação entre gamificação, inclusão e autismo indica um movimento da literatura em direção à incorporação de tecnologias digitais e abordagens inovadoras como meios de potencializar a aprendizagem e a participação dos estudantes com NEE.

Entretanto, o mapeamento das produções acadêmicas evidenciou uma limitação conceitual recorrente, na qual a gamificação é frequentemente confundida com o uso de jogos digitais, indicando a necessidade de maior rigor teórico e metodológico nas pesquisas da área. Além disso, observou-se que a maior parte dos estudos ainda se concentra na utilização de recursos já existentes, com menor investimento na criação de propostas pedagógicas estruturadas e sistematizadas.

À guisa de conclusão, destaca-se a necessidade de ampliação de pesquisas que explorem diferentes contextos, públicos e metodologias, bem como investigações que analisem a aplicação prática dessas estratégias no ambiente escolar. Tais iniciativas são fundamentais para o fortalecimento de uma Educação Inclusiva comprometida com a equidade, a diversidade e a efetivação dos direitos educacionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 1 de ago. de 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Divulgação dos resultados**. Brasília, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2024/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso: 1 de ago. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso: 1 de ago. de 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEESP, 2003.



Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf> Acesso: 1 de ago. de 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH-MEC-MJ-UNESCO, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf> Acesso: 1 de ago. de 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso: 1 de ago. de 2025.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação e Sociedade, Campinas, ano XXIII, n. 79, agosto/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt> Acesso: 1 de ago. de 2025.

KAPP, Karl M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education**. John Wiley & Sons, 2012.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação em larga escala da educação básica e inclusão escolar: questões polarizadoras. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 63, p. 863-878, 2018. Disponível: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313158928006/313158928006.pdf>. Acesso: 1 de ago. de 2025.

SOUZA, Nara et al. Plataformas educacionais digitais: uma revisão sistemática sobre a gamificação aplicada na educação básica. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 7, p. e16556-e16556, 2025. Disponível: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/16556>. Acesso: 1 de ago. de 2025.

ONU (1948) Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resour-ces_10133.htm. Acesso: 1 de ago. de 2025.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Brasília: UNICEF, 1989. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> >. Acesso: 1 de ago. de 2025.

